

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU  
PEDAGOGIA**

**A DIVERSIDADE RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM  
ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E  
DOCUMENTOS OFICIAIS**

Maceió - AL

2022

**Rosilene Ferreira Ramos**

**A DIVERSIDADE RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM  
ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS E  
DOCUMENTOS OFICIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado na Universidade Federal de  
Alagoas como requisito para a conclusão do  
curso de Licenciatura em Pedagogia.

Maceió - AL

2022

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDU**

Bibliotecária: Lucia Lima do Nascimento / CRB-4 - 1537

R175d Ramos, Rosilene Ramos.  
A diversidade religiosa na educação infantil: um estudo sobre as produções acadêmicas e documentos oficiais / Rosilene Ferreira Ramos – 2022.  
48 f.

Orientador: Fernando Antonio de Mesquita Medeiros  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Maceió, 2022.

Bibliografia: f.46-48.

1. Diversidade religiosa 2. Educação infantil. 3. Ética e educação. I. Título.

CDU: 371.8:2

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho aos meus familiares, em especial ao meu pai, João Lourenço Ramos e a minha mãe, Cícera Ferreira da Silva, e também, as minhas irmãs, Nayane Ferreira Ramos e Andreia Lourenço Ramos, assim como a minha filha, Dalila Cristina Lucio Ramos, que nos últimos anos tem sido minha motivação para prosseguir com os meus objetivos, sempre com o intuito de lhe proporcionar o melhor que esteja dentro das minhas possibilidades, assim como os meus fizeram.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que me auxiliaram de alguma forma no processo de produção deste trabalho, ao meu orientador, Fernando Antônio Mesquita de Medeiros o qual me ajudou e me direcionou ao caminho a ser trilhado e em especial ao meu amigo Antônio Carlos Silva dos Santos o qual me ajudou em todas as etapas do processo de produção, me auxiliando e me incentivando. Sem o apoio de vocês esse trabalho não seria possível.

A todos, meus agradecimentos.

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”*

Nelson Mandela

## RESUMO

Tendo em vista que se vivendo em um país rico em diversidade cultural e religiosa onde as manifestações dessa diversidade costumam estar presentes em diversos âmbitos da vida social, este Trabalho de Conclusão de Curso busca refletir sobre a importância de se abordar a diversidade religiosa desde a Educação Infantil, afim de observar as possibilidades formativas e limites pedagógicos dessa abordagem no processo de ensino-aprendizagem, assim como, pode ser prejudicial ao processo de ensino, a falta de abordagem da temática desde os anos iniciais. Para tanto, se fez necessário identificar os principais problemas encontrados durante o processo do ensino no que diz respeito a diversidade religiosa na escola, especialmente na Educação Infantil, onde analisou-se os fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem, para alcançar tal objetivo foi feito uma análise dos trabalhos produzidos pela comunidade acadêmica os quais se ocuparam em pesquisar a temática. Realizou-se, então, uma pesquisa bibliográfica e documental onde a fundamentação teórica se argumenta nos trabalhos voltados para a pesquisa da diversidade religiosa e teve como principais critérios, a proximidade com o tema, diversidade religiosa na educação infantil, assim como o ano de publicação, dando prioridade aos trabalhos produzidos mais recentes. Diante disso, verificou-se que muitos pesquisadores tem se debruçado sobre tema Diversidade Religiosa atualmente, assim como existem muitos documentos constitucionais-legais que tem como objetivo resguardar o direito dos indivíduos à liberdade cultural e religiosa e que é imperativo que a diversidade religiosa seja tema que esteja sempre presente na escola desde os anos iniciais, o que por sua vez trouxe a constatação de que cabe a escola priorizar a temática nas aulas, não apenas na disciplina de ensino religioso, mas que possa também ser abordada de maneira interdisciplinar para que o tema possa estar presente em todas as matérias, ressaltando sempre sua importância para uma convivência pacífica, tolerante e respeitosa, com tudo, depois de analisar todos os dados coletados ficou evidente a importância de se valorizar o ensino religioso da educação, assim como, a importância de se priorizar atividade escolares que tenham como objetivo conscientizar os alunos com relação ao respeito a diversidade religiosa.

Palavras-chave: Diversidade Religiosa. Educação Infantil. Ética e Educação

## ABSTRACT

Considering that living in a country rich in cultural and religious diversity where the manifestations of this diversity are usually present in different areas of social life, this Course Conclusion Work seeks to reflect on the importance of approaching religious diversity from Education. Infantile, in order to observe the formative possibilities and pedagogical limits of this approach in the teaching-learning process, as well as, the lack of approach to the theme from the early years can be harmful to the teaching process. Therefore, it was necessary to identify the main problems encountered during the teaching process with regard to religious diversity at school, especially in Early Childhood Education, where the factors that influence the teaching-learning process were analyzed to achieve this objective. an analysis was made of the works produced by the academic community which were busy researching the theme. A bibliographical and documentary research was carried out, where the theoretical foundation is argued in the works aimed at the research of religious diversity and had as main criteria, the proximity to the theme, religious diversity in early childhood education, as well as the year of publication, giving priority to the most recent work produced. In view of this, it was found that many researchers have focused on the topic of Religious Diversity currently, as well as there are many constitutional-legal documents that aim to protect the right of individuals to cultural and religious freedom and that it is imperative that religious diversity be a theme that is always present in the school since the early years, which in turn brought the realization that it is up to the school to prioritize the theme in classes, not only in the discipline of religious teaching, but that it can also be approached in an interdisciplinary way so that the theme can be present in all subjects, always emphasizing its importance for a peaceful, tolerant and respectful coexistence, however, after analyzing all the collected data, it was evident the importance of valuing the religious teaching of education, as well as the importance to prioritize school activities that aim to make students aware of the respect to religious diversity.

Keywords: Religious Diversity. Child education. Ethics and Education

## SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT .....	8
INTRODUÇÃO .....	10
1. DIVERSIDADE RELIGIOSA .....	12
2. DIVERSIDADE RELIGIOSA NO MUNDO .....	15
2.1 DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL.....	18
3. ÉTICA E EDUCAÇÃO.....	21
4. DIVERSIDADE RELIGIOSA NA ESCOLA.....	29
5. DIVERSIDADE RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	34
CONCLUSÃO.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

## INTRODUÇÃO

Apesar de vivermos em um país rico em diversidade tanto cultural quanto religiosa é importante ressaltar o quão complexo e desafiador é conviver rodeado dessa pluralidade, por esse motivo é necessário que todos os indivíduos busquem um reconhecimento do direito a diferença social, isso implica em respeitar as diversas religiões existentes no Brasil. A atual Constituição Brasileira de 1988 aborda a temática diversidade religiosa no título II, capítulo, artigo 5º, outros documentos legais também se ocupam em assegurar o direito de livre pensamento, assim como liberdade de culto, essas leis que serão melhor discutidas adiante nesse trabalho, estabelecem de forma geral que nenhuma pessoa pode sofrer discriminação por motivo da sua crença, assim também como por motivo de sua religiosidade.

Apesar de haver um aparato jurídico, assim como, trabalhos acadêmicos tendo como objetivo mostrar a importância do respeito para com a variedade religiosa no país, o qual será abordado no tópico segundo nesse trabalho, se tivermos um olhar mais atento para a temática da multiplicidade religiosa, será possível observar que a intolerância religiosa faz parte do cotidiano das pessoas a disseminação do discurso de ódio e a intolerância religiosa tem se propagado muito nas últimas décadas, podemos diariamente observar por intermédio das mídias sociais casos de desrespeito e intolerância religiosa, essa discriminação ocorre em todos os âmbitos da vida social, no ambiente escolar essa intolerância assim como o desrespeito podem ser observados de forma mais cotidiana, pois a escola é um reflexo da vida social.

A escolha de trabalhar com o tema a Importância de se abordar a diversidade Religiosa na Educação infantil partiu da observação, onde percebeu-se que a temática tem sido pouco abordada na sala de aula e em especial na educação infantil surge então, a necessidade de discutir mais acerca do tema, tendo em vista que, as crianças encontram-se na fase de consolidação do seu caráter, sendo assim, abordar o tema destacando a importância do respeito a essa distinção de religiões ajuda na construção dos valores humanos desses indivíduos, conseqüentemente os auxiliando-os para que no futuro sejam pessoas mais conscientes.

O presente trabalho visa abordar essa questão de forma que se possa ressaltar a importância de trabalhar a temática já nas séries iniciais, onde o seu foco encontra-se na compreensão da relação da criança com a diversidade religiosa, tendo em vista que, quanto mais cedo a criança aprender que existem diversas as tradições e movimentos religiosos, assim como também os que não professam religião alguma essa criança será capaz de perceber as diferenças desde cedo tornando-se no futuro uma pessoa menos intolerante.

A importância da criança no processo de busca por uma sociedade melhor deve ser incansavelmente discutida, desvalorizar seu papel nesse processo sem dúvida é um erro, pois essas crianças poderão fazer a diferença no futuro. O tópico quinto do presente trabalho se propôs a identificar e apontar os problemas encontradas no processo de ensino-aprendizagem, analisando e buscando possíveis soluções para esses problemas, verificando quais fatores podem influenciar na abordagem da temática, assim como quais os motivos que fazem com que o tema deixe de ser abordado na escola e especialmente na Educação Infantil.

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), utilizou-se da metodologia bibliográfica, documental e descritiva, onde sua fundamentação teórica se argumenta em autores como Silveira (2003), Corrêa (2008), Junqueira (2003) dentre outros, onde em suas obras abordam a diversidade religiosa, os principais critérios para seleção das obras foram a abordagem e a proximidade com a temática.

Este TCC de licenciatura em Pedagogia está dividido em cinco tópicos. No primeiro tópico busca-se fazer uma reflexão acerca do assunto, tendo como objetivo principal a tentativa de responder, mesmo que de forma breve, o que é “diversidade religiosa”. No segundo tópico se faz um apanhado parcial das principais religiões do mundo, tendo como objetivo fazer um apanhado parcial das principais religiões existentes no mundo nos tempos atuais, destacando a diversidade religiosa do Brasil, desde os tempos da colonização até os dias atuais. No terceiro tópico aborda-se a importância da ética no processo de ensino-aprendizagem, especificamente no ensino religioso. O quarto tópico debruça-se sobre a questão da diversidade religiosa na escola, especificamente nas aulas de ensino religioso, tanto nas escolas laicas quanto nas escolas confessionais. No quinto e último capítulo trata-se da importância da abordagem

da diversidade religiosa desde a educação infantil destacando os efeitos na formação cultural ampla da criança na Educação Infantil.

## 1. DIVERSIDADE RELIGIOSA

Quando se fala em diversidade religiosa, estamos falando especificamente da grande variedade de religiões presentes em todos os lugares do mundo. É possível observar isso na prática quando nos deparamos com diversos templos religiosos com diferentes crenças, assim como quando nos deparamos com práticas e costumes que em sua maioria divergem umas das outras, essa é a razão que nos leva muitas vezes a questionar em que momento tudo isso começou e quais foram os caminhos que nos trouxeram até aqui?

Desde os tempos remotos no início da vida humana na terra o homem busca por respostas para os grandes enigmas da vida, da sua existência, da criação do universo e de qual é o sentido disso tudo. Essa busca é ancestral, desde o início a humanidade se faz perguntas como: Qual o sentido da vida? De onde viemos? Para onde vamos? E principalmente, o que acontece nos pós morte? Na busca por essas respostas a humanidade tem trilhado diferentes caminhos ao longo da história humana através dos séculos.

A certeza da morte estimula o desejo de superação e também abre espaço para um anseio de eternidade. A experiência da morte torna-se um dos alicerces da construção [...] do projeto humano. A subjetividade deixa de estruturar-se a partir dos limites (que a morte agudiza), e sim da possibilidade de superá-los. Não podendo vencer a morte no plano físico, o homem o faz no plano simbólico (MARTINI, 1995. p. 35. Apud. CECCHETTI. 2008. p. 26).

Segundo SILVEIRA (2010. p.1), os grupos sociais, assim como as pessoas têm concepções diferentes sobre a vida e o mundo e buscam respostas aos questionamentos da existência do universo e da vida em diversos campos do conhecimento. Nesse sentido, são vários e diferenciados os caminhos nessa busca que a Humanidade vem construindo através dos séculos, onde esses percursos leva-nos a diferentes áreas de conhecimento humano são elas:

ciência, a filosofia, a religião, as artes. Em cada uma dessas áreas, ciência, filosofia, religião, há muitas diferenças de respostas, esse é um dos motivos, pelo qual humanidade construiu e continua construindo múltiplas e diferentes respostas ao questionamento da existência do universo e criação do homem, é desses questionamentos que se originam as concepções de Deus (es), enquanto figura(s) ou fonte(s) da criação do mundo.

Historicamente a religião faz parte da cultura humana e encontra-se presente em todos os povos e em todas as épocas. A busca por responder aos questionamentos da criação do mundo, ao longo do tempo fez com que a sociedade trilhasse caminhos que deixaram como herança uma vasta diversidade religiosa, o que resulta em várias religiões espalhadas pelo mundo.

Segundo o Dicionário Etimológico; a palavra religião vem do latim *re-ligare*, significando voltar a ligar, ligar novamente ou simplesmente religar, religar os seres humanos com Deus. Em outras palavras, compreende um conjunto de crenças, mitologias, doutrinas ou formas de pensamento relacionadas com a esfera do sobrenatural, divino, sagrado e transcendental, além de rituais e códigos morais. (“Metodologias Investigativas 1/2013: Artes e Religião”) De acordo com o dicionário Dicio; a palavra diversidade deriva do latim *diversitas*, e significa “variedade, alteração, mudança, diferença”, característica ou estado do que é diverso, diferente, diversificado, não semelhante.

Popularmente chama-se de religião a crença na existência de um “ser supremo” e toda manifestação desse tipo de crença é professado por meio de doutrinas e rituais, todavia, religião tem um sentido bem mais abrangente, isso será mais discutido ao longo desse trabalho. SILVEIRA (2010, p.1), defende que a diversidade religiosa é resultado de um longo processo de interações entre diferentes povos e culturas. A pluralidade de identidades assim como a diversidade religiosa decorrem das diferentes interpretações de mundo, todavia, essa pluralidade de cultura, de pensamentos e de costumes, na maioria das vezes é divergente, por esse motivo, alguns adeptos de religiões diferentes entram em conflito, o que por sua vez gera a intolerância e o desrespeito. A discriminação e o preconceito com as diferentes manifestações religiosas, por sua vez, acabam gerando um proselitismo violento onde grupos religiosos autoritários tentam converter os outros grupos pela força, fato esse que a longo

do tempo tem sido responsável por extinguir algumas religiões ou grupos religiosos no passado, assim como poderia no futuro ser responsável por extinguir mais religiões assim como grupos religiosos.

O desaparecimento dessa diversidade significaria o desaparecimento da capacidade humana de dar respostas variadas ao novo; seria a ruptura de uma das condições de possibilidade de reprodução da vida humana. O desaparecimento de uma dessas identidades culturais representa o empobrecimento da humanidade enquanto fecha um dos caminhos abertos, enquanto faz perder uma das possibilidades. A riqueza humana depende da preservação da diversidade de suas identidades culturais e de cada identidade cultural. (LANGON ,2003, p. 79. apud. CECCHETTI, p.23.2008).

Ao discutir diversidade religiosa, não se pode deixar de citar o processo de globalização, o qual derrubou os limites geográficos, circunstância essa que contribuiu para a propagação não só de grandes religiões mas também de “pequenas religiões”, a migração e o avanço das tecnologias da comunicação, também foram e continuam sendo fatores importante para o crescimento, difusão e propagação da diversidade cultural e religiosa pelo mundo, isso será retomando mais a diante tendo em vista sua relevância para nossa temática.

O tema da diversidade religiosa no mundo precisa cada vez mais ser estudado, analisado e discutido. É essencial que saibamos que a diversidade cultural e religiosa existe, e conversar a respeito é necessário. Tal tema deve ser pauta permanente, no seio familiar, no âmbito escolar, assim como no meio social. Não se pode de maneira nenhuma fechar os olhos para essa pauta. Sabe-se que o preconceito na maioria das vezes se dá por falta de conhecimento, nesse sentido, quanto mais se conhece o outro, e o que ele defende, no que acredita, suas práticas se tornam menos estranhas aos nossos olhos.

É necessário destacar que, ao se falar em crenças ou práticas religiosas, existe uma constante tentativa de persuasão entre grupos divergentes, onde um grupo tenta convencer os demais a se converterem a sua fé ou doutrina, é importante ressaltar que nem todas as crenças ou grupos religiosos são proselitistas ,mas que a maioria das religiões tenta se difundir e conseguir o maior número de adeptos possível esse tipo de comportamento não fere nenhum princípio da Constitucional Federal do Brasil desde que seja feito de forma

pacífica. Ao se tratar do Brasil, desde a Proclamação da República em 1889 o país passou a ser um Estado laico, isso quer dizer que todos têm o direito de livre crença e de culto, desde que as práticas dos mesmos não firam o código penal. Voltaremos a esse assunto no tópico dois, onde cita-se a diversidade religiosa no mundo, dando destaque a diversidade religiosa no Brasil.

## **2. DIVERSIDADE RELIGIOSA NO MUNDO**

Desde o início da humanidade os indivíduos buscam por respostas aos mistérios da vida, anseiam por saber qual a razão da criação do universo, assim como a razão da sua própria existência, para obter tais respostas as pessoas têm trilhado diversos caminhos ao longo do tempo. Cada caminho por sua vez resulta em uma resposta diferente, essa pluralidade de respostas acabou gerando muitos conflitos, esses conflitos atingem diversos aspectos da vida social dos povos; o aspecto político, o econômico e cultural, essas disputas e conflitos permearam toda a história humana, e insistem em permanecer chegando em nossos dias através das religiões existentes atualmente. Para KADLUBITSKI E JUNQUEIRA (2010.p.1.), A diversidade religiosa proveniente da produção cultural sempre esteve presente na história da humanidade como uma forma de questionar o sentido da vida e da transcendência em relação às questões vitais que preocupam o ser humano.

Segundo teoria trabalhada por alguns historiadores os quais trazem a ideia de longa duração que seriam camadas culturais e sociais que teimam em permanecer no decorrer do tempo, este conceito de longa duração, esteve presente em diversas épocas e em diversos aspectos da história humana, no que diz respeito a religião BRAUDEL diz:

A longa duração estaria presente na Reforma Protestante e na Contrarreforma Católica. Seria por acaso que a antiga fronteira do Império Romano – o Reno e o Danúbio – da velha Europa e da Europa recentemente “colonizada”, constituiu em uma grande parte a fronteira que dividiu o mundo Católico e o mundo Protestante? (BRAUDEL, 2019, p. 291.)

Atualmente a diversidade religiosa e os conflitos entre as religiões ao redor do mundo vem sendo matéria de várias discussões, tanto por parte de entidades públicas quanto por entidades religiosas. Temos conhecimento desses conflitos através das mídias sociais. Segundo matéria divulgada no G1 em 12 de dezembro de 2018, no Rio de Janeiro, houve um aumento de 51% nos casos de denúncia de intolerância religiosa com relação ao ano de 2017, onde as religiões de origem Africana são as que mais sofrem perseguição. De acordo com a matéria as denúncias abrangem as seguintes práticas religiosas: Candomblé 31%, Umbanda 17%, outras religiões de Matriz Africana cerca de 26%. Ainda segundo dados divulgados na mesma matéria, as mulheres são as maiores vítimas da discriminação religiosa cerca de 47%.

De acordo com matéria divulgada pela Revista Brasil de Fato em 21 de janeiro de 2020, houve um aumento de 56% das denúncias de intolerância religiosa no Brasil no ano de 2019, com relação ao ano de 2018, a mesma matéria destaca a Lei 11.635 de 2007, que instituiu o dia 21 de janeiro como data para enfrentar o racismo religioso. Segundo a revista, a data foi escolhida para homenagear a ialorixá Gildasia dos Santos, conhecida como Mãe Gilda de Ogum, que faleceu em decorrência a um ataque que sofreu, primeiramente em seu terreiro de Candomblé, Ilê Axé Abassá de Ogum, localizado nas imediações da Lagoa do Abaeté, bairro de Itapuã em Salvador (BA), depois, pelas agressões morais motivado pela intolerância a sua crença, as quais resultaram em um ataque cardíaco fulminante que a levou a óbito em 21 de janeiro de 2000.

Fazendo uma análise desses conflitos, é possível encontrar suas raízes na intolerância, no desrespeito e no preconceito com o diferente, ou desconhecido, onde se ignora totalmente o direito a individualidade, assim como o direito à livre crença, assegurado pela Constituição Federal do Brasil no Art. 5º, desse modo se faz necessário sempre lembrar que existe uma variedade enorme de religiões espalhadas no Brasil, assim como em todo o mundo, essas religiões por sua vez agrupam-se em grandes conjuntos, os principais são: Monoteísmo, Politeísmo, Panteísmo.

Monoteísmo: doutrina religiosa que defende a existência de uma única divindade, culto ou adoração de um único deus. (o q e politeísmo monoteis e panteísmo - Brainly.com.br)

Politeísmo: Doutrina religiosa baseado na existência de mais de um deus ou divindade. (O que é Politeísmo - significado, exemplo e definição ...)

Panteísmo: Doutrina religiosa caracterizada por uma extrema aproximação ou identificação total entre Deus e o universo, concebidos como realidades conexas ou como uma única realidade integrada. (Panteísmo x Cristianismo - Veritas lyPerpetua)

As novas tecnologias da informação, que veem surgindo desde o século XX, possibilitaram conhecer um mundo muito maior e diverso do que aquele no qual o indivíduo está inserido geograficamente, isso possibilitou que conhecêssemos inúmeras crenças e religiões que antes eram pouco conhecidas. A tabela abaixo aponta algumas das principais religiões do mundo.

Tabela 1- Principais Religiões no Mundo

Conjuntos	Religião	Região de Origem	Número De Adeptos
Monoteístas	Judaísmo		14,2 Milhões
	Cristianismo	Oriente Médio	2,3 Bilhões
	Islamismo	Europa	1,6 Bilhões
	Fe Bahá'í;		7,3 Milhões
	Espiritismo		13 Milhões
Politeístas	Hinduísmo		1 Bilhão
	Mahayana		*
	Xintoísmo	Ásia	50 Milhões
	Religião Tradicional Chinesa		400 Milhões
Politeístas	Religiões dos Povos Negro-Africanos	África Negra	100 Milhões
Politeístas	Religiões das		

	Sociedades Indígenas	América	*
	Confucionismo		6, 5 milhões
<b>Panteístas</b>	Budismo	Ásia	376 milhões
	Janismo		4,2 milhões
	Taoísmo		20 milhões

\* Dados não encontrados  
 Fonte <http://www.google.com.br>

De acordo com The World Factbook, elaborado pela CIA com dados de 2012, os sistemas religiosos e espirituais com maior número de adeptos em relação a população mundial são: cristianismo (28%); islamismo (22%); hinduísmo (15%); budismo (8,5%); pessoas sem **religião** (12%) e outros (14,5%). Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, todo indivíduo tem direito a liberdade de pensamento, consciência e religião.

Artigo XVIII - Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular. (ONU.1948)

Esse documento visa assegurar o direito dos indivíduos acerca da liberdade assim como ao reconhecimento de diferentes religiões ao redor do mundo, o mesmo incentiva o desenvolvimento de práticas pedagógicas que visam, franquear o diálogo, no tocante ao respeito a diferentes crenças e religiões, deste modo seu papel nesse contexto é muito importante, tendo em vista que a boa convivência entre ideias e ideais tão plurais não é tarefa fácil em nenhum lugar do mundo, mas é preciso pois essa diversidade se dá em vários países no mundo e se dá da herança cultural de diversos povos.

## 2.1 DIVERSIDADE RELIGIOSA NO BRASIL

O Brasil como o conhecemos é uma criação recente, antes da chegada dos Europeus essas terras já eram habitadas e já tinham sua própria história a qual foi constituída ao longo de muitos séculos pelas civilizações existentes no território na quele período. Segundo ANDRÉ PROUS 2006, as sociedades indígenas já habitavam as terras que hoje chamamos de Brasil há mais de 12.000 anos, durante todo o período que compõem a Pré-história do Brasil, houve muitas mudanças nessas sociedades, ainda segundo o autor os “índios” que são descritos pelos colonistas são essencialmente os tupis e os guarani, mas havia muitos outros grupos naquela época.

Quando queremos conhecer as sociedades indígenas desaparecidas, não dispomos de textos, pois elas não utilizavam a escrita. Por outro lado, as sociedades ameríndias que sobreviveram até hoje são poucas em relação às que existiram outrora, e se modificaram demasiado para oferecer uma imagem adequada dos primeiros habitantes do território que hoje chamamos Brasil. Dependemos, portanto, exclusivamente dos vestígios materiais que eles deixaram, quase sempre involuntariamente, e com os quais nem historiadores nem antropólogos estão acostumados a tratar.  
(ANDRÉ PROUS. 2006, p.7)

A partir do século XV a chegada dos europeus transformou radicalmente a situação dos “índios” ao chegarem no que vinha ser o Brasil os Portugueses encontraram um território povoado pelos indígenas, estes possuíam sua própria cultura e crença, mas, apesar de convictos em suas crenças, os indígenas foram vigorosamente influenciados pelas crenças europeias, onde, segundo MARCEDO (2008) os europeus encontravam grande resistência na evangelização dos indígenas, por esse motivo, os jesuítas procuravam catequizar as crianças pois eram mais propensas a aceitar suas doutrinas.

A religiosidade indígena encontrava por vezes resistência à evangelização pelos jesuítas, uma “inconstância na alma”, ora a aceitar entusiasticamente a nova religião, ora a rejeitá-la. Não existia entre eles uma doutrina inimiga, mas exibiam “maus costumes” aos olhos inicianos que deveriam ser combatidos, descritos por Antônio Vieira: “canibalismo e guerra de vingança, bebedeiras, poliginia, nudez, ausência de autoridade centralizada e de implantação territorial estável”  
(CASTRO, 2002:188-189. Apud. MARCEDO, 2008.p.6).

Ainda para MARCEDO (2008) a religião que se destacava na Europa na época da colonização era o catolicismo português, que por sua vez já era marcado pelo sincretismo com as “religiões pagãs”, desse modo a colônia que viria a ser o Brasil o qual conhecemos hoje desde tempos coloniais revelou-se imbuída de diversidade e principalmente de sincretismo.

Entre as heranças culturais portuguesas na religiosidade brasileira está o forte apego aos santos, criando vínculos íntimos e até carnavais com alguns deles. (MARCEDO, 2008. p. 3)

As principais influências religiosas do Brasil se dão em função das culturas; portuguesa, dos povos indígenas, africanas. Desde os tempos da colonização até os dias atuais o panorama das religiões no Brasil mudou bastante, segundo pesquisa do Data Folha (2020), publicado no portal de notícias G1, as principais religiões do Brasil são: católica, cerca de 50% da população; evangélica, cerca de 31%; espírita, cerca de 3%; religiões afro-brasileiras, sendo elas: umbanda, candomblé, quimbanda, dentre outras, cerca de 2%; além destas os que se afirmam ateus são cerca de 1% e os judeus cerca de 0,3% da população.

De acordo com o censo IBGE 2010, o panorama do número de membros das principais religiões no Brasil era o seguinte:

Católica Apostólica Brasileira, 560.781; Católica Apostólica Romana, 123.280.172; Católica Ortodoxa, 131.571; Evangélica, 42.275.440; Espírita, 3.848.876; Candomblé, 167.363; Umbanda, 407.331; Umbanda E Candomblé, 588.797; Outras Declarações De Religiosidades Afro-brasileiras, 14.103; Budismo, 243.966; Hinduísmo, 5.675; Islamismo, 35.167; Judaísmo, 107.329; Tradições Indígenas, 63.082.

Com base nesses dados pode-se dizer que catolicismo sempre foi e ainda permanece muito forte no Brasil, apesar de hoje o país não ter uma religião oficial, antes da Proclamação da República o nosso país era oficialmente católico, o clero participava diretamente da política e a Igreja Católica tinha um poder enorme sobre as decisões do Estado. Nessa época os adeptos de outras religiões realizavam seus cultos ou atos religiosos de forma sigilosa, somente em espaços privados, isso começou a mudar com a Proclamação da República

em 15 de novembro de 1889 quando o Brasil passou a ser um Estado Laico. A Constituição Federal do Brasil de 1889 afirma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;  
IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;  
VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;  
(BRASIL, 1988)

De acordo com a Constituição, o Brasil é um país que garante liberdade religiosa e de culto a todos os cidadãos que residem no país. Apesar disso a convivência entre os grupos religiosos nunca foi pacífica, pois a intolerância cultural e religiosa no Brasil ainda em muito presente, podemos observar isso diariamente por meio das mídias sociais, tais como, televisão, rádio ou internet, isso se dá pelo fato de que nem mesmo com todo aparato jurídico e ou incentivo à boa convivência entre os diversos grupos religiosos, a intolerância continua a se difundir por todos os âmbitos da sociedade, inclusive na escola, onde toma proporções gigantescas, tendo em vista que o ambiente escolar tem um enorme poder de difusão de ideias e concepções de mundo.

A questão da diversidade religiosa no Brasil e mundo é sem sombra de dúvida é uma questão muito relevante, vale lembrar que, muitos conflitos e guerras foram e ainda são travados em nome de uma ou de outra crença religiosa. De fato, esse é um problema bastante complexo pois em sua maioria esses confrontos não carregam motivações exclusivamente religiosas, mas a estas se somam razões de ordem econômica, política, social e cultural. O poder das religiões no mundo é gigantesco, por esse motivo a diversidade religiosa deve ser um assunto debatido incansavelmente, essa temática deve ser um assunto obrigatório a todos e deve estar incluso em todos os âmbitos da sociedade, sobretudo no âmbito educacional.

### **3. ÉTICA E EDUCAÇÃO**

A ética é um conceito bastante discutido e muitas vezes de difícil compreensão, sendo ela tema de estudo para diversas ciências e áreas do conhecimento, como a filosofia e a sociologia. O que se pode dizer é que esse conceito irá variar dependendo do enfoque que se queira dar, pois ela tange o comportamento humano dentro do seu meio de convívio. A palavra ética deriva do termo grego *ethos*, ela possui duas variantes: *êthos* (caráter) e *éthos* (costume), essa palavra então dará origem a palavra latina *moris* que por sua vez chegou ao português como “moral”.

Sendo assim, a ética e a moral possuem estreitas raízes etimológicas, no entanto no decorrer da história, a discussão a respeito desses temas proporcionou uma gama de definições que ora estreita, ora distancia o sentido de ética e moral. Diversos pensadores irão discorrer sobre o tema, sendo mais amplamente discutido com Aristóteles (384 A.C – 322 A.C), Kant (1724 – 1804) e o pensamento do utilitarismo. Enquanto que para Aristóteles, com sua ética teleológica via a ética como um conjunto de ações morais que visam um fim, ou seja, para ele, tudo tem uma finalidade que precisa ser alcançada. Para Kant com o chamado imperativo categórico, vai deixar a cargo da racionalidade humana definir o que é ético ou não, ou seja, uma escolha é ética se for boa para a sociedade, como essa ética provém da razão, é universal, para Kant (2007, p 59.): “O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.”. Já quando se trata do utilitarismo, movimento filosófico inglês que surge no século XIX, a ética é baseada sempre em contextos práticos, e em seu pragmatismo, a moral é sujeita ao bem-estar do maior número de pessoas possível, com isso descartando o imperativo categórico kantiano.

Na perspectiva de Aristóteles toda a racionalidade prática tem um objetivo, nesse ponto de vista, a ética tem como propósito a busca pela felicidade, que dentro dessa concepção não se trata dos prazeres, riquezas, honras, e sim de uma vida virtuosa, ética e moral, quando estamos falando em suas definições, essas, ética e moral, se mostram diferentes, apesar de haver essa relação próxima. Enquanto a moral é um conjunto de práticas socialmente construídas, a ética será uma tentativa de racionalizar essa moral, ou seja, a

ética é uma teoria que se ocupa dos princípios que orientam as ações, já a moral é prática e está relacionada às regras de conduta.

Entendendo-se por ética um conjunto de regras sociais, e que essas regras levem em conta os valores morais que tornam o convívio mais fácil e brando entre os indivíduos de um determinado grupo social, é importante ressaltar que os conceitos assim como os limites do “aceitável” vão mudar a depender da sociedade ou grupo social, desse modo os termos ética e moral podem assumir diferentes significados a depender do contexto e dos agentes envolvidos, desse modo vamos nos ocupar de uma definição particular de ética, a ética profissional, a qual indica os princípios básicos para o comportamento de alguns profissionais, indicando assim os princípios fundamentais que orientam e regem uma profissão, desse modo é imprescindível que todos os agentes da educação e principalmente o professor estejam munidos dessa ética, pois só dessa maneira é possível ter uma boa convivência dentro do ambiente escolar, nas relações interpessoais, nas relações hierárquicas e nas relações entre escola e comunidade.

A lei de nº 8.069 de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, mais precisamente no seu artigo 3º, no parágrafo único, nos quais os princípios gerais determinam que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais a pessoa humana, (Brasil, 1990), esses direitos abrangem diversos aspectos, dentre esses aspectos encontramos o aspecto religioso e de crença, ou seja, o norte legal brasileiro é de que, independentemente da crença do cidadão, mais precisamente da criança e do adolescente, e no caso do presente estudo, do alunato, é imperativo que tenham sua individualidade respeitada, entendendo a religião como pertencente ao âmbito privado. Sendo assim, é necessário que, em um ambiente onde se encontra tamanha diversidade cultural e religiosa como uma escola e uma sala de aula, os agentes envolvidos tenham o máximo de cuidado ao tratar com ética e dignidade, não somente seus pares, como também aqueles que são o motivo de toda aquela estrutura existir, que são os alunos. Isso sendo feito, não trará apenas benefícios ao processo de ensino-aprendizagem, como também à sociedade como um todo, pois ali está a nova geração que vivenciará

e transmitirá valores éticos aprendidos em qualquer meio social em que estejam inseridos.

A sala de aula de uma escola pública ou privada é composta por alunos que representam uma boa parcela da diversidade de um povo, sendo assim, temos ali um extrato real da sociedade em que aquela escola está inserida, esses alunos carregam todas as características de seus familiares que por sua vez carregam com eles as particularidades da sociedade, com todas suas influências. Sendo assim a sala de aula é um espaço onde se tem a oportunidade, muitas vezes única, de se aprender sobre alteridade, de se afirmar e se reconhecer como um sujeito entre outros indivíduos. Esse autoconhecimento se dará diante do outro, do diferente, ou seja, por meio do diverso, o sujeito se reconhece como um ser diferente dos demais, como num sistema de engrenagens que justamente por serem diferentes é que se podem articular um no outro.

É importante também apontar que pode haver algumas falhas de entendimento no que diz respeito a ética, onde a mesma pode ser confundida com um padrão específico, uma norma que todos devem seguir. O problema está quando essa definição distorcida de ética não está dentro dos padrões de ética profissional, acabar sendo usada apenas como meio de homogeneização de comportamentos e em casos mais extremos em homogeneização de pensamentos. O ideal de uma escola não deveria ser uniformizar comportamentos considerados certos, mas justamente apontar caminhos do bom senso e julgamento diante de diversos fatores do cotidiano. Esse poder da reflexão deverá ser transferido aos alunos, que uma vez capacitados para analisar bem as coisas, consiga discernir por si mesmo, o que está apropriado ou não em determinada situação; para tal, o professor tem um papel fundamental, pois sendo ele um “modelo” para os alunos, deverá dar essa direção inicial.

A responsabilidade ética que recai sobre o professor é a mesma que recai sobre todo e qualquer cidadão da sociedade, e também sobre o conjunto dos funcionários públicos, ou seja, o que vai determinar o que é certo ou errado no exercício de sua função é justamente se primeiramente estiver de acordo com as regras de boa convivência que o ambiente de trabalho exige, essas regras de

boa convivência são regidas pelos chamados códigos de ética, esses códigos regem nas esferas Federal, Estadual e Municipal. Para citar um exemplo, a lei que institui O Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Alagoas de 2006, aborda princípios morais e éticos que regem o exercício do servidor público abarcando assim o professor. No referido documento no capítulo I, seção I, das regras deontológicas diz:

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício de cargo, emprego ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio Poder Estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos estaduais; (ALAGOAS, 2006)

Ainda de acordo com o Código de Ética Funcional do Servidor Público do Estado de Alagoas, capítulo I, seção III, das vedações ao servidor público, fala justamente de atitudes e condutas que não cabem a esse funcionário seja no âmbito profissional ou em sua vida pessoal, dentre os parágrafos dessa seção o parágrafo VI chama bastante atenção, onde orienta esse profissional a evitar atitudes que possam ser nocivas a boa convivência tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele:

VI - Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;(ALAGOAS, 2006)

Desse modo é imperativo trazer também consigo uma mentalidade que demonstre sua capacidade de tolerância ao diferente e saber construir o conhecimento com os alunos de maneira a não ferir a liberdade de alguém, na busca autônoma desse conhecimento, autonomia essa que não está ligada a uma total independência do aluno com relação ao professor, pois ele está ali para exercer seu papel como guia de um caminho que muitas vezes não é único ou reto.

Por muito tempo acreditava-se que o professor ensinava apenas quando estava circunscrito na sala de aula, orientando sobre as regras e normas sociais

e falando sobre determinados temas, ignorando-se todo o ambiente social em sua volta, ambiente esse que é diretamente influenciado por esse professor, não somente quando ele fala, mas também quando se relaciona com os alunos, e diria até que muito mais quando se relaciona, pois é nesse relacionamento que o aluno de maneira não perceptível, vai desenvolvendo suas capacidades psíquicas, motoras e cognitivas. Autores como Henri Wallon, Jean Piaget, Lev Vygotsky trabalham com a questão da afetividade e como ela influencia o processo de ensino-aprendizagem, sendo assim, o professor ensina desde os primeiros contatos com os alunos, do “bom dia” ao “até mais”:

Grandes estudiosos, como Jean Piaget (1896-1980) e Lev Vygotsky (1896-1934), já atribuíam importância à afetividade no processo evolutivo, mas foi o educador francês Henri Wallon (1879-1962) que se aprofundou na questão. Ao estudar a criança, ele não coloca a inteligência como o principal componente do desenvolvimento, mas defende que a vida psíquica é formada por três dimensões - motora, afetiva e cognitiva -, que coexistem e atuam de forma integrada.

(SALLA, 2011. p.13)

É importante destacar que teóricos como Dewey (1950), Rogers (1973), Novack (1999) e Freire (2009) enfatizam há muito tempo a importância de superar a educação tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele. Essa relação é fundamental para mostrar na prática o que ele ensina na teoria, a forma como ele se posiciona frente às questões que lhe são colocadas, como ele trata o aluno que se posiciona com pensamento contrário ao dele, pois o professor não pode ver nas manifestações de uma turma participativa, uma afronta ao seu conhecimento ou à sua pessoa, excluindo-se os casos em que isso de fato pode ocorrer obviamente, ademais é uma oportunidade de ensinar de maneira mais didática o seu conteúdo, isso em qualquer disciplina em que esteja ensinando.

A essa altura do presente capítulo, percebeu-se que é indissociável a ideia de ética da ideia de alteridade, pois de certa forma há conceitos que só fazem sentido em uma relação entre pessoas, sendo cada uma delas diferente e com especificidades que fogem a qualquer observador desavisado ou displicente. Só há uma forma de se dar conta dessa alteridade, que é a prática e o convívio social, pois não há outra maneira de conhecer as nuances de sentimentos e

pensamentos que pairam em cada um, fora isso sobra apenas especulações baseadas em estereótipos construídos de preconceitos e visão de mundo. Dentro das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, temos a ética como um tema fulcral para o profissional da educação. Ela afirma:

Para que se conquiste a inclusão social, a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, na justiça social, na pluralidade, na solidariedade e na sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento de seus sujeitos, nas dimensões individual e social de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, compromissados com a transformação social.(MEC, 2013, p. 62)

Baseado nessa ideia, vemos que o fim mesmo da ética no meio educacional diz respeito não só ao bom convívio, mas ela é fundamental para que as habilidades do desenvolvimento humano, sejam plenamente aperfeiçoados, sendo que um ambiente propício a isso, fará com que os alunos, ao mesmo tempo em que aprendem o conteúdo, sejam o tempo inteiro influenciados por exemplos de práticas éticas, por parte de todos os profissionais da educação e principalmente do professor.

Falou-se em ética na sala de aula, mas baseado em tudo o que foi visto até agora, essa sala de aula aqui descrita é mais simbólica que física, pois as relações do professor com os alunos não se dão apenas naquela sala com carteiras, mas no pátio, na cantina, na recepção e em muitos casos na rua e nas redes sociais. Com isso, o professor se torna um profissional da educação em tempo integral. No entanto não se quer dizer, que ele deva manter uma postura que teria na escola em todos os outros ambientes, até porque dependendo do ambiente, o comportamento de quem quer que seja, é modificado levando-se em conta os códigos sociais praticados naquele lugar em específico, aqui não se fala em um professor “escravo” do seu ofício, mas se fala em ser ele um exemplo ético em todos os ambientes, pois até mesmo em ambientes e circunstâncias diferentes há de se notar “uma ética padrão”, ou seja, valores que independem de onde se esteja e que é cabível que se pratique, como respeito, tolerância, humildade.

Nas Diretrizes Curriculares para Educação Básica, o conceito de ética profissional na educação, está atrelado ao objetivo de desenvolver no aluno a consciência cidadã, sendo assim, é imperativo que essa imensa “sala de aula”

seja a escola, a rua, a casa e as redes sociais, pois deveria ser inseparável o ser enquanto aluno e o ser enquanto cidadão, ainda que se pense diferente, ele não apreende o mundo só quando veste a farda e senta na carteira da escola com seu caderno na mão, mas é um sujeito que absorve tudo em volta o tempo todo. Mas é na sala de aula que o professor terá sua maior chance de fazer a troca de experiências com o aluno, e ele mesmo será modificado nesse convívio, revendo seus conceitos e preconceitos na prática docente, e como atitude ética, procurar desenvolver habilidades que sejam úteis ao exercício da sua profissão, pois é importante que ele se veja também como aluno, como de fato é, um aluno que por ter mais leituras consegue ensinar algo a alguém, mas ele não possui o conhecimento relacional, social, pleno, e é aí que aprende com seus alunos quando há troca, sempre tendo a ideia de uma via de mão dupla, nunca de mão única.

É importante observar também, que até o momento foi discutido os conceitos de ética e de ética profissional do professor, no entanto essa ética visa objetivos sociais que vão além do que se tem discutido dentro do que seja relacionamento entre professor e aluno. Desse modo entende-se que essa ética, é necessária para que o processo ensino-aprendizagem tenha eficácia na sua aplicação, favorecendo um bom convívio na comunidade escolar, e os frutos gerados a partir disso são o respeito e a tolerância:

Iniciamos a compreender que o fundamento da ética tem a ver com a “relação conosco mesmos, com o outro e com o meio ambiente, em conjunto”. O respeito ativo (participativo) em relação a nós mesmos, ao outro e ao meio ambiente é que dá base para uma ação eticamente adequada. Isso significa cuidar de nós mesmos, simultaneamente, cuidando do outro e do meio onde vivemos. Isso leva a ter presente que eu, o outro, o grupo e o meio são elementos fundamentais a serem considerados para que nossa conduta ética seja adequada. Não importa ter presente somente o eu, somente o outro ou somente o grupo, ou somente o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, o eu, o outro, o grupo e o meio ambiente. (LUCKESI, 2013, p. 3,4)

Sendo assim, a ética tem um sentido aqui globalizante, multidisciplinar e interrelacional. Norteia o professor para o “bom senso” em cada situação que lhe é posta em todos os momentos e lugares de sua vida. Como já foi dito, essa “carga” ética o acompanha o tempo inteiro, uma vez que seu ensino está além

da sala de aula, ou melhor, sua sala de aula é ampliada aqui e abrange a totalidade de suas condutas.

#### **4. DIVERSIDADE RELIGIOSA NA ESCOLA**

Quando se fala em diversidade religiosa na escola está inserido aí a diversidade cultural de alunos e professores, assim como de todos que fazem parte da escola. Essa diversidade é tema fulcral para que se entenda essa complexa rede de relacionamento humano que se realiza dentro do âmbito escolar. É necessário que o educador tenha consciência disso, uma vez ciente dessa diversidade, é possível traçar planos de ensino que levem em consideração as nuances de um público que socialmente é diferente. Esses planos vão no sentido de considerar as individualidades de cada sujeito como igualmente importantes.

Apesar da diversidade religiosa em nosso país ser assegurada por lei na Constituição Federal, o currículo escolar dá pouca ou nenhuma importância para esse tema, o qual é bastante relevante à nossa sociedade. A escola tem um papel indispensável, para esse debate, todavia, por muitas vezes a temática se restringe às aulas de religião que têm um peso quase insignificante no currículo escolar, pois tem a matrícula facultativa. Para muitos, o fato de ser facultativo, significa que o Ensino Religioso é menos importante do que outras disciplinas ou que não é tão relevante e necessário para a vida de nossas crianças e adolescentes. MATOS (2020. p.6).

A Lei de Diretrizes e bases da Educação em seu artigo 33 - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 com redação dada pela Lei nº 9475, de 22 de julho de 1997 diz seguinte:

Art.33º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição do ensino religioso. (BRASIL, 1988)

Como foi visto, de acordo com a LDB, o Ensino Religioso deve ser parte integrante da grade curricular das escolas, pois é uma disciplina importante para a formação de cidadãos, mas, o fato de ser disciplina facultativa, o ensino religioso por muitas vezes é negligenciado pela escola e pela comunidade escolar. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional as redes devem oferecer a disciplina, mas as famílias podem optar por matricular ou não seus filhos. Ainda segundo a LDB, as escolas públicas não devem enfatizar nenhuma religião, ao contrário disso, o documento é direcionado ao estímulo da boa convivência e do respeito entre as diferentes tradições religiosas.

De forma geral, o problema não está na falta de leis que assegurem os direitos dos indivíduos nessa questão, a falha pode estar em se fazer cumprir a lei. No que diz respeito à escola, mais especificamente com relação ao papel do professor a falta de formação adequada para abordar a temática, sobretudo por conta da ausência dos governos com políticas de formação continuada, problemática essa que afeta bastante o processo de ensino-aprendizagem principalmente com relação ao ensino religioso na escola, conseqüentemente a isso, os professores que não tiveram a instrução apropriada acabam por muitas vezes a privilegiar ou enfatizar uma ou outra religião, o ensino religioso na escola deve valorizar a diversidade religiosa, o respeito e a tolerância como um fenômeno cultural, histórico, de direito ao livre culto, toda via, cabe aos pais e/ou responsáveis a decisão de matricular os filhos na matéria de ensino religioso ou simplesmente deixá-los de fora dessa disciplina, o que acontece bastante frequência nas escolas, isso ocorre por acreditarem que se a disciplina não tem peso na nota final, não vai fazer diferença na formação do sujeito, ou em alguns casos, que a disciplina de ensino religioso na escola pode atrapalhar, ou de alguma forma prejudicar os ensinamentos sobre a religião professada pela família, MATOS (2020. p.1) vai discordar dessa postura e defender que a disciplina de ensino religioso é importante pois seria ela a disciplina responsável por conscientizar os alunos para a variedade de religiões no Brasil, e isso é bastante significativo para que haja uma boa convivência entre os povos.

Entende-se que todo ser humano é um ser social e, portanto, possui sua individualidade e também sua diversidade, pois ao conviver socialmente adquire novas características, novos hábitos, atitudes, valores culturais e religiosos. E, para sentir-se bem, precisa estar bem consigo mesmo e com os diferentes grupos sociais que convive. E, para sentir-se bem, precisa estar bem consigo mesmo e com os diferentes grupos sociais que convive. Com isto, o homem vai adquirindo habilidades diversas, completando-se e completando a sociedade. (MATOS, 2020. p.7)

Religiosidade e educação são linhas temáticas que quando se encontram no âmbito escolar formam um ponto de contato que pode se dá de forma pacífica ou conflituosa. É nesse ponto em que esses dois âmbitos da vida se tocam [ou se cruzam] onde ocorrem muitos problemas, onde se cometem muitos equívocos, no momento de conciliar educação com religiosidade, sendo esse contato inevitável, é importante ressaltar que, caso o educador não tenha a formação adequada para lidar com essa situação, muitos docentes podem procurar conformar a prática à sua própria mentalidade religiosa, o que vai de encontro à LDB, que diz que não se deve privilegiar ou enfatizar nenhuma religião, mas sim estimular a boa convivência e o respeito a todas as tradições religiosas, a tentativa de interferir, privilegiando um entendimento em detrimento de outro pensamento é artificial e sempre gera violência, conflitos e confortos.

É necessário que o ambiente escolar seja um lugar acolhedor para que as ideias possam ali se expressar sem qualquer tolhimento, a não ser é claro, em casos em que se usa a crença para cometer algum crime, como o discurso de ódio e ataques ao direito à individualidade e à liberdade de crença. Nesses casos o diálogo e a informação são ferramentas que podem ser bastante eficazes para combater e inibir esse tipo de prática na escola. Estimular a realização de projetos e atividades sobre o tema diversidade religiosa, por exemplo, vão no sentido de promover uma reflexão coletiva a qual pode envolver toda comunidade escolar, sendo assim, uma gestão escolar comprometida deve estar sempre atenta a questões que envolva esse tema, procurando desenvolver ações que visem orientar e combater o preconceito e intolerância religiosa no espaço escolar.

As chamadas escolas confessionais são um espaço diferenciado nesse debate, uma vez que elas são administradas e fundamentadas em um determinado credo religioso, nessas escolas é onde se vivencia uma cosmovisão de uma dada religião em específico. Os alunos matriculados nessas escolas, são nelas introduzidos com a anuência dos pais, muitas das vezes, justamente com o propósito de serem educados sob uma ótica religiosa específica. Mesmo dentro desse modelo educacional, deve haver o respeito à pluralidade de ideias, uma vez que mesmo dentro de um determinado credo, existem diversos subgrupos que devem ser considerados no momento da construção dos planos de ensino. Escola confessional não pode ser sinônimo de intolerância, pois ela deve seguir o que ensina, pelo menos em tese, nos encontros religiosos, ou seja, o respeito para com o ser humano e sua forma de crer e que mesmo havendo discordância quanto a esta crença, ele também é digno de ser ouvido, respeitado e incluído no debate público. Pois se entende que, dentro de uma sociedade democrática a escola é um extrato dessa sociedade, não se deve excluir nenhuma crença do debate público.

Uma outra questão a ser considerada quando se fala de diversidade religiosa na escola é a capacidade de separação que os indivíduos praticantes daquele espaço, devem ter entre o campo privado e o público. Se espera que a gestão da escola independente da crença que tenha, administre e julgue as questões da escola dentro de um escopo maior que não de sua própria crença, dessa forma, todos os agentes da escola estarão debaixo do mesmo escopo, que é a lei civil, o respeito ao outro e o bem-estar de toda a comunidade. A escola então se constituirá como um espaço de diferentes, no entanto iguais. Diferentes em sua individualidade e iguais socialmente. O modelo ideológico que influenciou o conceito de laicidade é o modelo francês, sendo referência em todo mundo. Dentro desses limites entre o espaço público e o espaço privado, Valente escreve:

“O modelo republicano francês contemporâneo prevê três espaços em uma sociedade, o primeiro é o espaço privado, de foro íntimo. O segundo é o espaço público, inteiramente ligado com a questão política, no qual se encontra o Estado laico. O terceiro é também um espaço político, mas é civil ou comunitário, regido pela secularização “. (VALENTE, 2008. p 107).

Certamente ocorrerão conflitos quando se tentar traçar os limites desses espaços, pois entra aí uma tal lógica de poder, controle e influência político/religiosa. Esses problemas devem ser resolvidos sob a luz do direito humano à crença, previsto na Constituição.

Ainda em torno desses conflitos, existe outro aspecto a se considerar, que é a diferenciação que se faz entre classe sociais, pois a tendência da sociedade ainda é a de privilegiar tudo aquilo que é proveniente de uma classe economicamente superior e que goze de enorme prestígio social. Logo, esse debate entre o religioso e a educação, também, está perpassado por conflitos entre as classes sociais. Esses conflitos, também, se dão em outros campos do saber que não somente no ensino religioso, como bem demonstra Possenti, se referindo ao ensino da gramática normativa:

A tese de que não se deve ensinar ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrões baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. As razões pelas quais não se aprende, ou se aprende, mas não se usa um dialeto padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis. (POSSENTI, 1996. p 13)

Mesmo sendo uma crítica estabelecida num campo do saber diverso do campo religioso, o mesmo princípio aqui se aplica, o de que existe um preconceito quando se trata de manifestações religiosas de uma classe social menos privilegiada econômica e socialmente. Muitas vezes, essa classe social nem sequer é digna de nota na educação escolar, ou figura sempre como inferior quanto aos seus valores e participação na sociedade. Outro ponto a se tratar é a separação do âmbito religioso privado e a interação entre indivíduos, no qual se dá de maneira complexa, especificamente levando-se em consideração o bom senso, os limites e a consciência de que todos têm espaço quando ninguém é privilegiado, Segundo Moreira (2007), a pluralidade religiosa faz parte desse processo de interação com a sociedade e seu crescimento pessoal e cultural.

Correspondem aos diversos modos de vida, valores e significados compartilhados por diferentes grupos (nações, classes sociais, grupos étnicos, culturas regionais, geracionais,

de gênero etc.) e períodos históricos. Trata-se de uma visão antropológica de cultura, em que se enfatizam os significados que os grupos compartilham, ou seja, os conteúdos culturais. Cultura identifica-se, assim, com a forma geral devida de um dado grupo social, com as representações da realidade e as visões de mundo adotadas por esse grupo. (MOREIRA, 2007, 17p.)

A liberdade religiosa dentro da escola é fundamental para que o aluno esteja livre de qualquer situação conflituosa por motivo da sua crença, a qual lhe afete emocionalmente e com isso terá maior aproveitamento de seus estudos, ao mesmo tempo em que aprende em sua vivência escolar que um modelo de sociedade respeitosa e tolerante é possível.

## **5. DIVERSIDADE RELIGIOSA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A primeira infância é uma fase muito importante na vida de uma pessoa, por esse motivo, a temática do desenvolvimento infantil serviu de base para muitos teóricos que tiveram como objeto de estudo, o desenvolvimento humano no âmbito infantil, todavia, é importante salientar que um dos primeiros teóricos a perceber a criança como um ser diferente do adulto foi Jean-Jacques Rousseau, por volta do século XVIII. Antes disso, a criança era vista como um adulto em miniatura, isso só começou a mudar após observações de Rousseau. Segundo a sua concepção, a criança deveria ser educada a partir de sua própria natureza. Ele defendia que o ser humano passaria por fases ao longo da sua vida e ao passar por cada fase o indivíduo iria se desenvolvendo tanto fisicamente quanto psicologicamente.

É importante destacar que Rousseau é apontado como responsável pelo pioneirismo, ainda no século XVIII, pela forma diferenciada de se olhar para a infância e sua educação. Concebeu a infância como uma fase essencial na constituição do ser humano e na sua relação com a sociedade. Afirmava que, na sociedade de sua época (Europa, século XVIII), havia um valor negativo da infância, pois deplorava-se esse período do desenvolvimento humano. Contrário a essa ideia, Rousseau defendia que a sociedade não conseguia perceber que a raça humana teria perecido se o homem não tivesse começado sendo criança. Para ele, o período da infância é essencial para o ato educativo. (SOUZA, 2017, p.4)

Assim como Rousseau, outros teóricos como Wallon, Piaget e Vygotsky também se debruçaram sobre a temática, para esses autores não há dúvidas sobre o fato de que a primeira infância é uma das fases mais importantes da vida do indivíduo. Segundo teoria piagetiana, a primeira infância corresponde ao período de dois a sete anos de idade. Entretanto de acordo com lei brasileira de nº 13.257/2016, que foi conhecida como a Lei que estabelece um marco legal para a Primeira Infância, esse período compreende aos seis primeiros anos completos da criança, e assim como os Teóricos citados anteriormente afirmam que essa é uma das etapas mais importante da vida de um indivíduo, essa fase da vida é as mais ricas para o aprendizado e desenvolvimento do ser humano, pois somos completamente influenciáveis, como “esponjas” do ambiente, os bebês e crianças pequenas dependem totalmente de seus cuidadores para atingirem seu pleno desenvolvimento. De acordo com Piaget é nessa fase em que o indivíduo começa as descobertas acerca do mundo e de si mesmo, da mesma forma que é nessa fase em que ele é orientado a saber o que é certo e o que é considerado errado segundo os parâmetros socialmente estabelecidos.

A família tem um papel primordial em todas as fases da vida do indivíduo, principalmente na primeira infância. É no seio familiar onde essa criança vai aprender sobre o afeto, o amor, os bons modos e o respeito, contudo, é também nessa fase que outro elemento importantíssimo entra para contribuir no desenvolvimento desse indivíduo, a educação escolar. Hoje em dia, por conta da vida corrida das pessoas, as crianças entram na escola cada vez mais cedo, pois geralmente pais e mães trabalham fora e precisam levar suas crianças para passar o dia nas creches ou nas escolas. Se é fato que a infância é a fase mais importante na vida de uma pessoa, logo também é um fato, que o respeito ao próximo deve ser ensinado desde cedo, não só no seio familiar, mas também nas creches e escolas, assim o indivíduo cresce sabendo que, existem pessoas que são diferentes entre si e é seu dever respeitar as individualidades do seu próximo.

O panorama da educação no Brasil tem nos mostrado que existe uma constante intolerância religiosa nas escolas, assim como, na sociedade como um todo, deixando claro que a questão religiosa aparece não apenas como pano

de fundo para grandes guerras e inúmeros conflitos sociais, mas também exerce intervenção sobre o comportamento social das massas, com estreita relação com nossa vida familiar, escolar, social e até mesmo política. MILANI (2013). Essa é uma realidade com a qual todos os profissionais da educação convivem todos os dias, na educação infantil não é diferente. Segundo GRASSELLI (2017) o melhor caminho para o combater e prevenir a violência o preconceito e principalmente a discriminação religiosa, seja ela qual for, é uma educação que desde cedo enfatize o respeito à diferença.

A importância de uma educação que vise já nos primeiros anos, trabalhar conceitos como, diversidade cultural e religiosa, assim como respeito ao próximo, não deve de maneira nenhuma ser subestimada, pois é bem mais fácil prevenir e combater o preconceito e a intolerância quando se estuda suas raízes, mas acima de tudo facilita muito o combate a atitudes de preconceito religioso, quando ensina-se ao indivíduo desde cedo que ele deve zelar pela boa convivência e o respeito a todos em sua volta. É importante que as crianças aprendam já na educação infantil que respeitar seu próximo é um dever e que ser respeitado é um direito.

A criança precisa aprender os valores, as regras sociais, como algo positivo para ela, que vão lhe servir de instrumento para uma convivência social saudável e, não simplesmente, como uma recompensa de seu bom ou mau comportamento. (GRASSELLI, 2017. p. 11.)

O trabalho pedagógico na educação infantil consiste nos cuidados e na educação da criança, sendo assim, o tema diversidade religiosa deve fazer parte do currículo de formação do pedagogo, assim como do planejamento curricular da escola onde ele deve ajudar a criança a identificar os diversos tipos de agressividades e violências, as quais todos podem ser vítimas, assim como as praticar, deve-se ensinar a criança que não pode ser agressivo ou hostil com as pessoas, cabe aos pais e educadores ensina-las a lidar com os desafios e as frustrações, mas principalmente a lidar umas com as outras da forma mais cortês possível. Ainda segundo GRASSELLI (2017) abordar a realidade multifacetária da palavra violência, mostrando que a intolerância religiosa é um tipo de violência e por meio dessa abordagem permitir ao sujeito questiona-se e se enxergar como produtor de sua própria história, onde ele pode escolher quebrar esse

círculo de violência e propagar sempre a tolerância, o amor e o respeito ao próximo.

A grande questão, ou a maior delas é que apesar de muito se falar e de haver inúmeras produções, trabalhos acadêmicos, livros entre outros, onde todos se debruçam sobre a temática da criança, destacando sua importância para a construção de uma sociedade melhor, na prática se dá pouca importância ao seu papel na sociedade, ou seja, a criança não possui um papel ativo na sociedade, e na maioria das vezes não tem voz, e quando tem não é ouvida isso se dá por que em alguns casos não são consideradas fontes seguras.

Mas enfim, como aqueles que não falam, logo as crianças são aquelas que também não são ouvidas. Tal concepção parece ainda permear as pesquisas acadêmicas sobre crianças. Existe, segundo alguns autores, resistência em relação ao testemunho infantil como fonte de pesquisa confiável e respeitável. (CAMPOS. 2009.pg. 5.)

Ainda segundo CAMPOS (2009) apesar da criança constituir um grupo particular e peculiar, está longe de possuir a liberdade que lhe permita uma autonomia ou a configure como sujeito de direito, mas ao mesmo tempo não é apenas um mero grupo que reproduz o mundo dos adultos, sendo assim, a maioria das pessoas não observam a relevância que tem a criança para a construção de um mundo mais justo e mais tolerante. Esse é um dos motivos pelos quais deixam de priorizar temas como preconceito e diversidade religiosa na educação infantil, temas que tem um valor imensurável para que se tenha uma boa convivência social, a abordagem do ensino religioso já nos anos iniciais é muito importante, não só para a educação escolar, mas para a sociedade como um todo, pois por meio dessa abordagem a criança desperta valores como tolerância e respeito ao próximo, esses valores de acordo com SOUZA( 2015) assim como auxiliaram a compreender seu papel na sociedade.

A Educação Infantil exerce sobre a sociedade um papel de destaque por essa ser a primeira etapa de ensino de qualquer sujeito e as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vivência dos alunos nessa etapa são fundamentais para o pleno desenvolvimento de cada um. (SANTOS.2021. p.9)

Apesar de sua importância o ensino religioso é uma área que quase sempre é negligenciada por muitos, pois tem sido por muito tempo um assunto polêmico na sociedade como todo, se por um lado existem pessoas que acreditam e defendem que o ensino religioso é indispensável na escola, visto que em sua essência busca desenvolver reflexões acerca dos valores fundamentais ao indivíduo, valores como, tolerância e respeito, principalmente o respeito as diversidades religiosas e de fé, de outro ponto de vista, há os que acreditam que o ensino religiosa na escola pode ultrapassar algumas linhas, as quais poderiam caracterizar uma perda ou prejuízo a liberdade de livre pensamento na escola, esse tipo de pensamento se dá ao fato de existir muitas ideias equivocadas a respeito do ensino religioso no ambiente escolar, muitos pensam que, essa disciplina tem um caráter doutrinário e tem como objetivo a conversão a uma determinada religião.

Negligenciar o ensino religioso, assim como a importação dos conteúdos abordados, e ou os quais deveriam ser abordados nessa disciplina, não se dá apenas na esfera da educação infantil, no Fundamental I ocorre o mesmo fenômeno, o conteúdo da diversidade religiosa é diluído o máximo possível, mais uma vez usando-se a desculpa de que o ensino religioso não tem muita relevância pois muitos acreditam que religião se aprende em casa no seio familiar, esquecendo-se por completo que na própria escola há uma diversidade religiosa bastante significativa com a qual se pode e se deve trabalhar de maneira leve e produtiva, considerando que o objetivo final que se deve buscar é o de expor a infinidade de religiões espalhadas pelo nosso país, começando pela escola. Para justificar os conteúdos acerca da diversidade religiosa cada vez mais diluídos, usam a desculpa de que crianças pequenas não estão preparadas para absorver as informações acerca de outras religiões que não seja a que a família professa ou em alguns casos, que tais conteúdos podem confundi-las. É importante destacar que muitas dessas pessoas desconhecem o que diz a Constituição Brasileira, assim como a LDBEN e outros documentos citados anteriormente nesse trabalho, que vão na direção de defendem importância do ensino religioso para a formação do cidadão, assim como vedam toda e qualquer forma de proselitismo no ambiente educacional.

Não se pode deixar que o desrespeito e a discriminação tomem conta da escola, fato que vem se tornando bastante comum em todo o território nacional.

O preconceito e o desrespeito à religião ou à religiosidade do outro pode afastar os alunos da escola ou no mínimo, fazer com que a escola passe a ser vista como um ambiente hostil.

Em entrevista à revista *Época* [,] Penildon Silva Filho, diretor do Instituto Anísio Teixeira e responsável pela formação dos professores na Secretaria de Educação da Bahia diz: “Temos alunos deixando a escola porque sofreram discriminação religiosa e devido à sua opção sexual”. Na mesma matéria o professor André Rech, da rede estadual de Santa Catarina relata: “Eles fazem chacota, chamam alguém de macumbeiro. Aí é papel do professor bater o pé e mostrar que, para ser respeitado, é preciso respeitar.” (PENILDON, 2008. apud. CAMPOS, 2009, p.157.)

Ao longo desse trabalho observou-se que vivemos em um país majoritariamente católico desde os tempos da colonização, e que o protestantismo tem ganhado bastante espaço no Brasil, ao fazer uma análise dos dados apresentado nesse trabalho podemos afirmar que as religiões cristãs são majoritárias frente as demais religiões, e que o preconceito e a discriminação entres as religiões é uma prática comum desde a colonização. Apesar dos séculos que sucederam, com conquista do ponto de vista do direito à liberdade religiosa, a discriminação e o preconceito religioso ainda são práticas comum em nosso país. Atualmente as chamadas minorias religiosas são as que mais sofrem do mal da intolerância. Destas as religiões de matriz africana e afro-brasileira estão no topo das religiões que mais sofrem discriminação no Brasil. De acordo com RONSONI e FERREIRA (2020) as religiões de matriz africana são aquelas provindas dos países do continente africano, os quais chegaram ao Brasil na época da escravidão entre os anos de 1550 à 1888, já as religiões afro-brasileiras apesar de introduzir as particularidades das religiões de matriz africana, acrescenta outros elementos oriundos da cultura brasileira. É importante ressaltar que em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a lei N° 10.639 que tornou obrigatório o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira. A lei em questão possui os seguintes termos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.”

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Ainda segundo a mesma lei, no artigo 79-B, “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’”. Como se pode observar, existem muitos aparatos legais com o objetivo de combater a discriminação e preconceito que venham a ocorrer por motivo de crença ou prática religiosa, especialmente no que diz respeito às religiões afro-brasileiras. Desse modo é possível observar que o desrespeito a diversidade, não ocorre por falta de leis que garantam o direito de livre crença, o que vem ocorrendo na verdade é uma ausência de fiscalização, assim como a falta de punição a quem comete esse tipo de delito, do mesmo modo que por muitas vezes falta formação adequada para os professores nessa área, assim como em muitas outras sendo assim os mesmos nem sempre estão aptos a promover atividades que promovam e exponham a diversidade religiosa existente no espaço da escola, assim como, no ambiente social, destacando a importância da temática.

No que diz respeito ao combate aos preconceitos sofridos pelas religiões de matriz africana no Brasil, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) estabelece que as religiões de matriz africana sejam reconhecidas juridicamente como um estatuto de religião.

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010)

Já no que tange a educação escolar a mesma lei estabelece o seguinte:

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração. (BRASIL, 2010)

Não podemos deixar de citar a LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e a RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho de 2004 que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, as quais foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no ano de 2004 e no mesmo ano foram homologadas pelo Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática. (BRASIL, 2004. P.32)

Quanto aos objetivos:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas (BRASIL, 2004. P. 32)

ABREU e MATTOS, (2008) afirmam que o documento além de representar uma força de lei este documento representa uma vontade, um anseio de democratização e de certa forma uma tentativa de começar a corrigir das desigualdades históricas na sociedade brasileira. De fato, a LEI Nº 10.639, trouxe algumas contribuições para a educação no Brasil, todavia, ainda há muito a ser feito, discutir e analisar o processo político pedagógico da escola no que se refere a como ela trabalha as relações étnico-raciais, juntamente com a comunidade escolar é um bom ponto de partida para avançar nesse processo.

De acordo com PIVA (2020) a educação das relações étnico-raciais deve ser o resultado da luta política voltada para a construção de uma escola e de práticas pedagógicas que insiram a diversidade, promovam a reflexão, a mudança de postura, estimulando práticas coletivas de combate ao racismo e à discriminação.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que diz respeito à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, homologada no dia 20 de dezembro de 2017, diz, até a década de 1980, havia o entendimento de que a Educação Infantil era uma etapa anterior e independente das demais, tendo assim um aspecto preparatório para a escolarização que viria a partir do Ensino Fundamental, por esse motivo, na época a chamada pré-escola não era priorizada pelos governos, entretanto, assim como citado anteriormente, a Constituição de 1988, trouxe muitas mudanças para o país e na educação em particular Com base na Constituição Federal, a garantia de acesso à creche e a pré-escola, passou a ser dever do Estado. Subsequentemente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, a Educação Infantil passou a ser mais uma etapa da Educação Básica, assim como o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, tem o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças,

diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. BNCC (2009).

Ainda segundo a nova BNCC, nas orientações para Educação infantil, especialmente na parte que trata dos campos de conhecimento, na área das experiências, ela ressalta a importância, da interação das crianças com os pares e com os adultos, pois é nessa interação que as crianças vão se descobrindo, assim como vão se deparando com outros modos de vida, pessoas diferentes, outros pontos de vista. Segue abaixo o trecho da BNCC a qual trata desse aspecto:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos. (BNCC, 2009)

Um das possíveis soluções para frear a intolerância e o preconceito na escola seria começar a enxergar a criança como um agente importante nesse processo e começar a colocar efetivamente em prática, desde a educação infantil, todas as leis citadas anteriormente, discussão que permeou todo o trabalho até o momento. Todas as leis e projetos que citadas aqui tem o objetivo de incentivar a boa convivência entre os diferentes povos, estejam eles em qualquer espaço social. Desse modo, não se pode subestimar as crianças nesse processo, apesar de parecer ser clichê, é importante repetir sempre essa

máxima, as crianças são o futuro do país e o que se pode esperar do futuro se não começar a prepará-lo desde agora. Em conformidade com BNCC de 2009, a educação passou a ser mais uma etapa da Educação Básica no Brasil, assim sendo é nela que tudo tem seu início, claro que é importante frisar que ao se tratar de crianças pequenas é necessário ter um cuidado maior com o tipo de atividade que é proposta em sala, entretanto, sabe-se que o pedagogo é formado e capacitado para exercer tal papel. Toda via, é importante ressaltar que isso não quer dizer que não há dificuldades para desenvolver o seu trabalho, com certeza esse educador encontrará diversos obstáculos nesse processo, a falta de formação específica na área de ensino religioso, a restrição de materiais didáticos apropriados e outra questão importante a ressaltar é que por não haver curricularização do ensino religiosa na educação infantil, não existe um percentual mínimo de carga horaria exigida nessa área e a BNCC por sua vez, apesar de direcionar não tem o poder de obrigatoriedade.

Garantir que tudo o que é proposto para o Ensino Religioso conforme a BNCC aconteça, não está somente sob a responsabilidade daqueles que educam. Não está nas mãos da escola ou das secretarias de educação. É, antes de tudo, uma responsabilidade do governo federal.  
(FERREIRA e RANDENBURG. 2019. p.13)

É dever ético de todas as pessoas ensinar para as crianças que o respeito é preciso, e que respeitar o outro não é necessariamente concordar com ele em tudo, assim como é possível discordar de tudo o que uma pessoa pensa e mesmo assim respeitá-la, respeitar o próximo não é de forma alguma se anular, mas sim, ter a consciência que cada indivíduo é único, e que ser diferente é algo perfeitamente normal, vivemos em um mundo heterogêneo, por esse motivo, todos tem o direito de manifestar sua religiosidade a sua maneira, é primordial ensinar as crianças que nenhum indivíduo tem a obrigação de ser igual ao outro, seja em qual âmbito for, mas que todas as pessoas tem o direito de ser respeitado como elas são, assim como tem o dever de respeitar o outro como ele é. O respeito é a base para um bom convívio em sociedade, seja em qualquer lugar do mundo, povo ou nação.

Ao fazer uma análise de todos os dispositivos constitucionais citados neste trabalho, fica claro que temos um longo caminho a ser perseguido, más,

que esses documentos nos fornecem as bases necessárias para que se possa exercer a atividade docente de maneira que venha a abranger a temática diversidade religiosa, para alcançar esses objetivos, algumas coisas são necessárias, são elas: o conhecimento de causa no assunto, o que requer qualificação apropriado dos educadores, o interesse pela temática, e por último mas, não menos importante, ética para transmitir os conteúdos de maneira que venha a ser o mais imparcial possível, para que não venham a fazer do ensino religioso na escola um ensino confessional, que venha a privilegiar o enfatizar a nenhuma religião em específico.

## **CONCLUSÃO**

Nota-se ao fazer apanhado de tudo o que foi posto no presente trabalho, que há uma grande diversidade religiosa no Brasil, e quando se trata de diversidade religiosa existem uma gama de possibilidades, a história humana é permeada por muitas visões de mundo, o Brasil por sua vez não fica de fora nesse quesito, pois vivemos em um país diversificado desde sua colonização, mas, que apesar disso, colocar em prática os princípios de tolerância e respeito a diversidade não é uma tarefa fácil, não só no Brasil como no mundo inteiro. Esse é um dos principais motivos que leva a pensar a formação de educadores de modo que estejam preparados para exercer o seu papel como um agente transformador no sentido de instruir os novos cidadãos que farão a diferença em um futuro próximo, é necessário que haja políticas públicas voltadas para a formação continuada desses educadores, no que diz respeito a temática de Ensino Religioso, esse professor precisa possuir os domínios dos conteúdos assim como da metodologia de ensino. Mas acima de tudo ter a consciência da relevância da temática não só para a educação infantil, mas sim para sociedade em geral.

No Brasil existem vários documentos com o objetivo de garantir o direito de livre expressão cultural e religiosa, todavia, um dos maiores problemas encontrados até o momento é a dissonância entre a teoria impressa no papel e a prática social. Observou-se a importância de valorizar o ensino religioso em todas as etapas da educação básica assim como importância de priorizar as atividades que tenham como objetivos conscientizar os alunos sobre a tolerância

e respeito ao próximo, tanto na esfera religiosa como em todos os outros âmbitos da vida social.

Abordar a temática diversidade religiosa, mais especificamente a relevância que a temática tem para a educação infantil, o presente TCC, traz como contribuição para a comunidade acadêmica, um alerta para a necessidade de ter um olhar mais atento em relação as crianças, destacando a importância desses indivíduos no processo de busca por uma sociedade mais justa e consciente para todos.

Nessa altura desse trabalho é possível observar que muitos avanços foram conquistados nos últimos anos, todavia, ainda existem muitos desafios a serem vencidos, é primordial que seja incluído na proposta curricular da educação infantil conteúdos referentes a Educação Religiosa, assim como, cultura Afro-Brasileira e Africana. É imprescindível que essas temáticas sejam discutidas nos processos político-pedagógicos da escola e que sejam discutidos e analisados a luz do que diz os documentos legais, e que principalmente haja a participação de toda a comunidade escolar.

Com relação à pesquisa sobre a temática “Ensino Religioso na Educação Infantil, muito ainda precisa ser feito, a pesquisa referente ao tema tem espaço para muitas abordagens, o assunto é bastante amplo e necessita de investigação de diversas áreas correlatas, o importante é deixar claro que, a diversidade religiosa na educação infantil precisa ter um olhar mais atento da comunidade acadêmica, tal como dos gestores públicos, assim como do senso comum, ou seja, todas as pessoas que tenham o interesse de viver em uma sociedade onde haja mais respeito e liberdade religiosa, não só a liberdade que consta nos documentos legais, mas sim almejar um liberdade verdadeira, que possa ser vivida na prática, no dia a dia das pessoas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

\_\_\_\_\_. MEC. Documento Final. **Conferência Nacional da Educação**. Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – Lei Nº 9394/96**. Brasília, DF, 1996.

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/449>>.

Acesso em 23 de agosto de 2021.

ALCUDIA, Rosa et. al. **Atenção à Diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm) >. Acesso em: 23 mar. 2021.

**BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1990.

BRAUDEL, FERNAND. **Escritos Sobre a História**. ed.3. São Paulo: editora perspectiva, 2019.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. **Pesquisando o Invisível: Percursos Metodológicos de uma Pesquisa sobre Sociabilidade Infantil e Diversidade Religiosa, Teoria e Sociedade**, Recife, nº 17, v.1, p, 148-175. jan.- jun., 2009.

CAPELA, Rita Josélia; NAZAR, Terezinha Regina Nogueira. **Da Ética Dos PCNs À Ética Da Sala De Aula**. E-Mosaicos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 38-45, 2013.

CECCHETTI, Elcio. **Diversidade Cultural Religiosa na Cultura da Escola**. Dissertação de Mestrado ao programa de Pós-Graduação da Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CONCEITO.DE. **Conceito de Diversidade**. [s.l.]. 2011. Disponível em: <https://conceito.de/diversidade>.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Cultura e Diversidade**. Curitiba: Ibpex, 2008.

ELIADE, Mircea. **História das Crenças e das Ideias Religiosas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Educação Para a Paz Segundo Paulo Freire**. Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 387-393, mai.-ago. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/449/345>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOMES, N. L. **Educação e Diversidade Étnico-Cultural**. In: SEMTEC. *Diversidade na educação reflexões e experiências*. Brasília: Programa Diversidade na Universidade, 2003, p. 67-77.

GRASSELLI, Martinélia de Almeida. **Educação Infantil: Respeitar A Diversidade Religiosa, Superar Violências, Educar Para A Paz**. Uma Reflexão Sobre Atividades Interdisciplinares Desenvolvidas No Centro De Educação Infantil João Pedro De Aguiar – Vitória/ES. Tese (mestrado em Pedagogia) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2017.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro Cesar. **Ensino Religioso sem Proselitismo é Possível?** Portal do espírito, 2015. Disponível em: <https://espírito.org.br/artigos/ensino-religioso-sem-proselitismo-e-possivel-3/>. Acesso em 30 jul. de 2021.

JUNOR, A. G. T; RUBIO, G. C; MATUMOTO, F. G. V. **A Conduta Ética do Professor Com Base na Pedagogia da Autonomia De Paulo Freire**. Akrópolis Umuarama, v. 17, n. 3, p. 149-158, jul./set. 2009.

JUNQUEIRA, Sérgio R. A. **O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

KADLUBITSKI, Lídia; LUNQUEIRA, Sergio. **Cultura e Diversidade Religiosa: Diálogo Necessário em Busca da Fraternidade Universal**. Integrações cultura e comunicação. Uberlândia. N°8, v.5. p123-139. Jul-Dez 2010.

LUCKESI, Cipriano. Carlos. **Gestão Democrática na Escola, Ética e Sala de Aula**, *Revista ABC Educatio*, março de 2007, São Paulo, v. 64, p. 30-33, 2007.

MANDELA, Nelson Rolihlahla. **Long Walk to Freedom: The Alto Biography of Nelson Mandela**. 1 ed. New York: Back Bay Books, 1995.

MARQUES, Circe Mara; WACHS, Manfredo Carlos. **Paz e Educação. Escutando a Voz das Crianças**. São Paulo: Paulinas, 2015.

MARTINI, Antônio. O Provisório e o Transcendente. In: MARTINI, Antônio, *et al.* **O Humano, Lugar do Sagrado**. 2 ed. São Paulo, SP: Editora Olho d'Água, 1995, p. 33-38.

MATOS, Vicente de Paulo Araújo de; SOUSA, Léa Barbosa de. **Educação e Diversidade Religiosa: Breve Discussão sobre A Implementação do Ensino Religioso no Brasil**. Id on Line Rev.Mult.Psic., Outubro/2020, vol.14, n.52, p. 947-960. ISSN: 1981-1179.

Ministério da Educação. Secretaria De Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Para A Educação Básica** /Secretaria De Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 16.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. **Currículo, Conhecimento e Cultura in MEC– Indagações sobre Currículo**. Brasília, Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica: 2007.

OLIVEIRA, Aurélia Maria; MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves; SILVA, Maria Amanda Micaely Pinheiro. **Questões de Gênero e Sexualidade no Espaço Público Educacional Tendo como Eixo de Debate a Disciplina de Ensino Religioso em Escolas de Recife**, ETD, Campinas, n°4, v.20, p, 864-886, out-dez, 2018.

PIVA, Caroline Tito Miranda. **Educação das relações étnico-raciais e prática pedagógica**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 04, Vol. 02, pp. 49-61. abril de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/relacoes-etnico-raciais>

PORFÍRIO, Francisco. **"O Que é Ética?"**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/o-que-e-sociologia/o-que-e-etica.htm>. Acesso em 21 de maio de 2021

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) Ensinar Gramática na Escola**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

RODRIGUES, Edile F., JUNQUEIRA, Sérgio R. A. **Fundamentando Pedagogicamente o Ensino Religioso**. Curitiba: IBPEX, 2009.

RONSONI, Carolina e FERREIRA, Victor. **Candomblé e umbanda: diferenças e religiosidade em tempos de isolamento social**. *Revista com Arte*. 14 de agosto de 2020. Disponível em: <http://nexjor.com.br/comarte/>

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**. 2 ed. São Paulo, SP: Martin Claret, 2010

Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil da Rede Municipal de Maceió / Secretaria Municipal de Educação**. – Maceió: EDUFAL, 2015.

SILVEIRA, Rosa M. G. **Diversidade Religiosa**. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03\\_rosa2\\_diversidade\\_religiosa.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa2_diversidade_religiosa.pdf). Acesso em 10 de junho de 2021

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002.

VALENTE, Gabriela Abuhab. **Laicidade, Ensino Religioso e Religiosidade na Escola Pública Brasileira: Questionamentos e Reflexões, Proposições**, São Paulo, v. 29, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/FTJvKs8KSpZqZNVmKwTywyx/?lang=pt>. Acesso em: 25 de agosto de 2021